



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

THAÍS DE LIMA MOURA

**A AUDITORIA EM BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS:
UM ESTUDO DE CASO NA EMBASA**

Salvador

2016

THAÍS DE LIMA MOURA

**A AUDITORIA EM BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS:
UM ESTUDO DE CASO NA EMBASA**

Monografia apresentada a Universidade Católica do Salvador, Faculdade de Ciências Contábeis, como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Isabel Leite

Salvador

2016

Para:

Minha mãe Rita, meu pai Francisco Moura Junior e meu Avô Francisco Moura pelo apoio, incentivo e carinho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por esta conquista.

Aos meus familiares e amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

A professora orientadora Isabel Leite pela paciência e sabedoria.

A todos os professores do Curso de Ciências Contábeis da UCSal pela dedicação na transmissão do conhecimento.

A Embasa por ter autorizado a realização do estudo de caso.

RESUMO

MOURA, Thaís de Lima. **A Auditoria em Balanços Socioambientais: Um estudo de caso na Embasa**, 2016. 54. f. Monografia do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2016.

Atualmente, temas relacionados a responsabilidade socioambiental estão sendo cada vez mais discutidos. As empresas estão sendo mais exigidas a contribuir positivamente para a melhoria da sociedade e do meio ambiente. O objetivo deste trabalho é analisar a importância da auditoria em balanços socioambientais em uma empresa. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa exploratória com uma abordagem qualitativa, sendo que, para que os objetivos sejam alcançados e melhor esclarecimento do tema foi realizado um estudo de caso em uma empresa. O tipo de instrumento de coleta aplicado no estudo de caso foi a entrevista semi-estruturada, onde, foi possível extrair das entrevistadas informações relacionadas a procedimentos para a elaboração do balanço social da empresa, como ocorre a auditoria e a importância de se ter uma auditoria em balanços socioambientais na organização para que esta tenha informações mais concretas e fidedignas, contribuindo para a tomada de decisão. Com a análise de resultados, pôde-se concluir que a empresa não realiza auditoria em balanços socioambientais, ocorre a auditoria interna das informações financeiras. O tema tem grande importância já que infelizmente, ainda é pouco discutido e não tem a atenção devida. Este trabalho está dividido em 5 partes: a introdução, referencial teórico, metodologia, análise de resultados e considerações finais.

Palavras-Chaves: Balanços Socioambientais. Auditoria. Responsabilidade Socioambiental.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Estrutura Teórica	32
Quadro 2	Modelo de Análise	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
D.R.E	Demonstração do Resultado do Exercício
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
NBR	Norma Brasileira
ISO	International Organization for Standardization
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
GRI	Global Reporting Initiative
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS E AUDITORIA - CONCEITOS E DEFINIÇÕES	11
2.1.1 Contabilidade Socioambiental	11
2.1.2 Balanço Social	13
2.1.3 Responsabilidade Social	16
2.1.4 Contabilidade Ambiental	18
2.1.5 Conceitos de Auditoria	20
2.1.6 Conceitos Auditoria Ambiental	23
2.1.7 Origem e Evolução da Auditoria	25
2.1.8 Normas e Procedimentos de Auditoria	27
2.1.9 Planejamento de Auditoria	30
3 METODOLOGIA	36
3.1 TIPO DE PESQUISA	36
3.2 OBJETIVOS	37
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA.....	38
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA	39
3.5 TECNICAS DE ANALISE	40
3.6 MODELO DE ANALISE	42
4 ANALISE DE RESULTADOS	43
4.1 BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS E SUAS VERTENTES.....	43
4.2 A UTILIZAÇÃO DA AUDITORIA EM BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS	46
4.3 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EM BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	50
5.2 SUGESTÃO PARA PESQUISAS FUTURAS	50
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE A - MODELO DE ENTREVISTA	53

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o papel do contador nas grandes empresas é essencial principalmente para as tomadas de decisões. Vivemos num país em que cada vez mais está sendo exigido a responsabilidade socioambiental nas organizações perante seus funcionários, fornecedores, clientes e sociedade.

Relacionada à área de Contabilidade Socioambiental, esta monografia tem como assunto principal a auditoria em balanços socioambientais e o tema a ser exposto é "A Auditoria em Balanços Socioambientais".

Atualmente, as empresas de capital aberto no Brasil são obrigadas a publicar anualmente o balanço social. Infelizmente, ainda não temos uma lei relacionada a auditoria em balanços socioambientais. Diante desta questão e de acordo com o tema surge a seguinte problemática: Por que a auditoria em balanços socioambientais é importante para as empresas?

Diante desta problemática surgem duas hipóteses: a auditoria em balanços socioambientais é de extrema importância para as empresas tendo a dar a mesma as informações socioambientais e a confiabilidade requerida pela sociedade. Além disso, essas informações contribuem para ressaltar a responsabilidade socioambiental que a organização tem não só com seus clientes e fornecedores, mas também com seus funcionários e a sociedade, trazendo uma boa imagem a organização; entretanto, para muitas empresas a auditoria em balanços socioambientais não é importante, pois para estas os custos destinados aos trabalhos de auditoria são muito altos. Aliado a isto, muitas organizações ainda desconhecem o assunto, já que não é obrigatória a publicação das informações socioambientais no Brasil, conseqüentemente aumentando ainda mais a falta de interesse.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a importância da auditoria em balanços socioambientais em uma empresa. Para alcançar o objetivo geral foi necessário o desenvolvimento dos seguintes objetivos específicos:

a) Descrever conceitos e definições referentes a balanços socioambientais e auditoria, enfatizando a importância da auditoria nas empresas.

b) Averiguar a utilização de auditoria em balanços socioambientais em uma empresa.

Esta pesquisa é fundamental na área contábil, pois analisará a importância da auditoria em balanços socioambientais, já que infelizmente o tema ainda é pouco discutido e não tem ainda a atenção devida. Sendo assim, para que as empresas se conscientizem de sua responsabilidade socioambiental, a auditoria nesta área veio como uma forma de trazer maior confiabilidade nas informações.

Com relação a metodologia, os objetivos foram apresentados de forma exploratória, sendo que para o atingimento dos mesmos, foram necessárias pesquisas bibliográficas e pesquisas por meio eletrônico para um melhor esclarecimento e desenvolvimento do assunto, utilizando uma abordagem qualitativa.

A coleta de dados através de pesquisa bibliográfica e pesquisa por meio eletrônico teve como fonte de pesquisa: livros, artigos, internet, legislação, normas entre outros para a elaboração do Referencial Teórico.

O referencial teórico, de acordo com o primeiro objetivo específico, vem a descrever os conceitos e definições referentes a balanços socioambientais e auditoria. Além disso, tem como objetivo enfatizar a importância da auditoria em uma empresa, suas leis, procedimentos e normas.

O segundo objetivo específico vem a averiguar a utilização de auditoria em balanços socioambientais em uma empresa, mostrando como ocorre o processo de auditoria através de um estudo de caso em uma empresa, buscando aplicar uma entrevista para um maior enriquecimento da pesquisa e melhor entendimento sobre o assunto, demonstrado no tópico 4 desta monografia.

O presente trabalho está dividido em cinco partes. A primeira a introdução do assunto, contextualização, hipóteses, apresentando o problema, o objetivo geral e os objetivos específicos. A segunda é o referencial teórico demonstrando os conceitos e definições referentes ao tema abordado na monografia. A terceira é a

metodologia apresentando o tipo de pesquisa, objetivos, instrumento, procedimentos, técnicas e modelo de análise que foi utilizado para que os objetivos do trabalho fossem alcançados. A quarta parte apresenta a análise dos resultados depois de realizado o estudo de caso. Por fim, a quinta parte expõe as considerações finais com a conclusão do trabalho depois de ser retratado toda a análise dos resultados obtido com o estudo de caso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta monografia estará apresentando os conceitos referentes a balanços socioambientais e também algumas características e definições da auditoria.

2.1 BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS E AUDITORIA - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para desenvolvimento deste trabalho monográfico é necessário a evidenciação inicial de conceitos e definições referentes a balanços socioambientais e auditoria.

2.1.1 Contabilidade Socioambiental

Desde os primórdios, a contabilidade faz parte da vida da humanidade seja diretamente ou indiretamente. Devido a necessidade a contabilidade durante séculos foi se aperfeiçoando e hoje é uma das principais ferramentas de auxílio na tomada de decisão para líderes e diretores.

De acordo com Ribeiro (1999, p. 14) "[...] a Contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa". Como forma de analisar e avaliar o Patrimônio da organização surgiu o balanço patrimonial que evidencia a real situação da empresa. Segundo Fipecafi (2010, p. 2) "o Balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática".

Segundo o art. 178 da Lei nº 6.404/76:

No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

Independente se a organização é de grande porte ou limitada será necessário o uso da contabilidade e de um profissional qualificado para exercer as atividades e dar as orientações devidas. Ribeiro (1999, p. 15) afirma que "[...] o campo de aplicação da Contabilidade abrange todas as entidades econômico-administrativas, até mesmo as pessoas de direito público, como a União, os Estados, os Municípios, as Autarquias etc".

Dessa forma, as informações contábeis das companhias são elaboradas e demonstradas através do balanço patrimonial que é composto por: ativo, passivo e patrimônio líquido.

De acordo com Fipecafi (2010, p. 2):

Ativo - Compreende os recursos controlados por uma entidade e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros.

Passivo - Compreende as exigibilidades e obrigações.

Patrimônio Líquido - Representa a diferença entre o ativo e passivo, ou seja, o valor líquido da empresa.

Depois da elaboração do balanço patrimonial, as entidades deverão apresentar a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE. Segundo Ribeiro (1999, p. 234) "[...] essa demonstração evidencia o resultado que a empresa obteve (lucro ou prejuízo) no desenvolvimento de suas atividades durante um determinado período, geralmente igual a um ano".

O art. 187 da Lei 6.404/76 enfatiza que:

A Demonstração do Resultado do Exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas;

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Sendo assim, a contabilidade é uma ferramenta fundamental para a humanidade tendo sua grande importância principalmente para as entidades por trazer informações sobre o patrimônio da empresa e analisar a situação atual da organização e se esta teve ao final do seu exercício lucro ou prejuízo.

2.1.2 Balanço Social

O balanço social é um instrumento que fornecerá informações relacionadas a contribuição social e ambiental da empresa. Para Tinoco (2008, p. 36) "[...] o balanço social tem por objetivo descrever uma certa realidade econômica e social de uma entidade, mediante o qual é suscetível de avaliação".

O conceito de balanço social é bem amplo, dessa forma, Ferreira, Siqueira e Gomes (2012, p. 23) enfatiza que:

O balanço social é um demonstrativo contábil que visa à apresentação de informações acerca da interação da empresa com o meio em que se encontra inserida. A elaboração e publicação deste demonstrativo não são obrigatórias no Brasil, mas é notavelmente crescente a utilização do balanço social pelas organizações.

Já para Fipecafi (2010, p. 7) " o Balanço Social, componente não obrigatório das demonstrações contábeis requeridas, tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida".

De acordo com Ribeiro (2005, p. 10):

A ideia de divulgar as atividades sociais da empresa, juntamente com as demonstrações de desempenho econômico-financeiro, teve início na década de 1960, a partir de dois movimentos, descritos a seguir, conforme informações divulgadas pela Associação Brasileira de Analistas de Mercado de Capitais - Abamec, atual Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - Apimec, no seminário Balanço Social

- participação x responsabilidade empresarial, realizada em São Paulo, em 1997.

As relações entre o fator capital e o fator trabalho podem viver de forma muito mais harmoniosas e regularizadas se o fator social também progredir, isso serve principalmente para países de Terceiro Mundo como o Brasil. Já nos países desenvolvidos, a situação é diferente, pois estes utilizam o balanço social como instrumento de gestão e de informação, divulgando informações sociais, ambientais e econômicas a seus colaboradores e a sociedade fazendo com a relação entre diretores e funcionários se torne mais harmoniosas. (TINOCO, 2008)

No Brasil, infelizmente existe poucas leis de incentivo ao balanço social, além disso ainda não se tem um modelo obrigatório de balanço social o que faz das organizações de vários setores apresentarem diversos modelos diferentes de balanço social. Por uma questão de responsabilidade social muitas organizações principalmente de grande porte tiveram a necessidade de publicar informações relacionadas a sua contribuição a sociedade e o meio ambiente. (FERREIRA; SIQUEIRA; GOMES, 2012)

Ferreira, Siqueira e Gomes (2012, p. 45) enfatiza que:

O modelo do IBASE que tem servido de parâmetro para a elaboração dos relatórios sociais das empresas, reúne quatro aspectos que se relacionam com a responsabilidade social das empresas:

- o desempenho ambiental;
- o investimento em recursos humanos;
- a demonstração de valor adicionado;
- as ações voltadas para a sociedade.

O balanço social é composto por quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado, Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral. O balanço ambiental consiste em como a empresa lida com questões ambientais com relação a recursos naturais, gastos e investimentos. O balanço de recursos humanos tem como objetivo evidenciar as questões relacionadas ao funcionário como salários, auxílio alimentação, transporte etc. A demonstração do valor adicionado evidencia os investimentos econômicos e sociais que a organização faz no ambiente onde está instalada. (FIPECAFI, 2010)

De acordo com Tinoco (2008, p. 38):

O balanço social sobrepõe-se a uma estrutura organizacional concebida para outros objetivos. Os serviços operacionais (abastecimento, produção, vendas, distribuição...) preparam as informações de gestão, que são transmitidas ao longo da hierarquia na empresa.

Além disso, Tinoco (2008, p. 38) afirma que:

Os serviços funcionais (pessoal, contabilidade e sistemas de informação) têm tripla vocação:

- emitem informações de base como os outros setores da organização;
- tratam as informações provenientes dos outros setores visando à tomada de decisão pela gerência;
- elaboram e difundem os documentos destinados ao exterior da empresa.

Sendo assim, para elaboração do balanço social três departamentos funcionais participam são estes: departamento pessoal, departamento de contabilidade e departamento de sistema de informação contábil. O departamento pessoal está relacionado aos colaboradores da empresa e sua participação em movimentação, planejamento, controle, comportamento, evolução, treinamento etc. O departamento de contabilidade é o que está responsável pela elaboração de balanços sociais e de relatórios contábeis. O departamento de sistema de informação contábil é responsável por informações monetárias e não monetárias relacionadas ao ambiente operacional, tático e estratégico. (TINOCO, 2008)

De acordo com Fipecafi (2010, p. 7-8) ao analisar o balanço social afirma que:

O balanço social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua.

Tinoco (2008, p. 34) enfatiza que:

O balanço social dirige-se a muitos usuários, porém dentro destes alguns se destacam, como:

- grupos cujos membros de uma forma pessoal e direta trabalham para a empresa - os trabalhadores;
- grupos que se relacionam com a empresa - os clientes, pois de sua confiança vive a empresa;
- acionistas que aportam recursos a empresas;
- sindicatos dos trabalhadores;
- instituições financeiras, fornecedores e credores;
- autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, o Estado;

- comunidade local;
- pesquisadores, professores, todos os formadores de opinião.

A utilização do balanço social é mundial e em países desenvolvidos o incentivo a publicação é evidente. Contudo, alguns países como França, Portugal e Bélgica se destacam na criação de regulamentações relacionadas ao balanço social. (FERREIRA; SIQUEIRA; GOMES, 2012)

E na criação de regulamentações que se evidencia maior preocupação com a relação dos entes organizacionais com a sociedade. Ser responsável socialmente não se trata apenas de empreender ações de doações, participação pontual em programas de auxílio a extratos carentes da sociedade ou outros procedimentos já praticados pela sociedade, vai muito além.

2.1.3 Responsabilidade Social

Pode-se dizer que "o conceito teórico de responsabilidade social originou-se na década de 1950, quando a literatura formal sobre responsabilidade social corporativa apareceu nos Estados Unidos e na Europa" (ETHOS, 2015). Atualmente, as organizações são pressionadas a mostrar sua contribuição e a responsabilidade social perante a sociedade, funcionários, clientes e fornecedores.

Dessa forma, conceituando, responsabilidade social é o conjunto de atitudes que as organizações tomam para contribuir socialmente com a comunidade tendo como objetivo que a empresa tenha uma imagem positiva de que não visa apenas o lucro mas que também contribuir para a melhoria da sociedade e do meio ambiente.

De acordo com Ribeiro (2005, p. 43):

Responsabilidade Social envolve o conhecimento das preferências e prioridades sociais. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico, uma vez que as variáveis, que as influenciam, alteram-se de uma região para outra, como também de geração para geração. A partir desse conhecimento, entendendo que o lucro é um meio e não um fim, em si mesmo, a empresa deveria coadunar os interesses do seu diversificado público, a fim de atender às suas expectativas, seja em termos de abastecimento do mercado, recursos humanos ou preservação do meio ambiente.

Deve se destacar que a atual situação do mundo requer que as organizações tenham uma maior atenção com as questões sociais e ambientais sendo estas empresas privadas ou públicas. Em países desenvolvidos encontram-se empresas que adotam uma postura social e ambientalmente correta devido a uma legislação mais rígida. (FERREIRA; SIQUEIRA; GOMES, 2012)

Ribeiro (2005, p. 43) enfatiza que:

Os movimentos sociais ambientalistas representam um novo tipo de usuário das informações fornecidas pela empresa. Ao atender a esse recente segmento, a entidade consolida sua dimensão social, à medida que coopera com a identificação dos componentes adicionados ao meio ambiente, ou passíveis de sê-lo, além, é claro, de evidenciar os benefícios que promove, os quais refletem sua preocupação com a qualidade e o cumprimento das normas legais.

Dentro do conceito de responsabilidade social é de fundamental importância a preocupação com relação a questão ambiental. As organizações deveram tomar atitudes para a preservação do meio ambiente e se em caso ocorrer algum tipo de degradação tomar as providencias para recuperar a área degradada e ter a preocupação de preservar e evitar a degradação. (FERREIRA; SIQUEIRA; GOMES, 2012)

Segundo Ribeiro (2005, p. 25):

Essa responsabilidade estende-se muito além da incorporação dos requisitos determinados pela legislação. Para sua definição, é preciso um debate a partir das teorias sociais e políticas, principalmente quanto:

- à natureza da responsabilidade social da corporação;
- aos objetivos para os quais as informações contábeis podem ser direcionadas;
- ao escopo da responsabilidade social da corporação;
- à maneira como a informação é divulgada.

Como uma forma de auxiliar a responsabilidade social exigida nas organizações surgiu a contabilidade social.

O propósito da contabilidade social é, pois, fornecer informações que permitam avaliar os efeitos das atividades das empresas sobre a sociedade. Nesse sentido, deverão ser estabelecidos objetivos, conceitos sociais relevantes, métodos de mensuração e uma estrutura para comunicar tais dados aos usuários interessados. Esses objetivos poderão incluir a informação da contribuição proporcionada pela empresa à sociedade, isto é, os custos e benefícios internos da companhia e os custos e benefícios que afetam somente a sociedade (externalidades). (RIBEIRO, 2005, p. 43)

Segundo Tachizawa (2011, p. 5) "[...] a tendência de preservação ambiental e ecológica por parte das organizações deve continuar de forma permanente e definitiva". Esta contribuição com meio ambiente e social deve ser atendido não só pelas empresas de grande porte mas todas no geral.

De acordo com Tachizawa (2011, p. 8) "[...] gestão ambiental não é apenas uma atividade filantrópica ou tema para ecologistas e ambientalistas, mas também uma atividade que pode propiciar ganhos financeiros para as empresas", a partir do reconhecimento pela sociedade de que faz parte da rotina daquela empresa a preocupação com tudo que se relacione com a gestão ambiental, que trará benefícios futuros a sociedade.

Sendo assim, Tachizawa (2011, p. 6) enfatiza que "[...] a gestão ambiental e a responsabilidade social, enfim, tornam-se importantes instrumentos gerenciais para capacitação e criação de condições de competitividade para as organizações, qualquer que seja seu segmento econômico".

Uma das ferramentas de grande peso para as empresas no que se refere a destaque financeiro é a Contabilidade Ambiental, que pode ser trabalhada para atender a este novo perfil empresarial.

2.1.4 Contabilidade Ambiental

Na atualidade, as questões relacionadas ao meio ambiente estão sendo muito discutidas. Meios para que as entidades consigam produzir e gerar lucros sem degradar o meio ambiente é um dos principais desafios das grandes organizações. Diante disto, a contabilidade tem hoje várias vertentes e uma que merece atenção e grande importância é a contabilidade ambiental.

Segundo Carvalho (2009, p. 111) "Contabilidade Ambiental pode ser definida como o destaque dado pela ciência aos registros e evidências da entidade referentes aos fatos relacionados com o meio ambiente".

De forma mais detalhada, Ribeiro (2005, p. 45) enfatiza que:

A Contabilidade Ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente, conhecida. Adaptando o objetivo desta última, podemos definir como objetivo da contabilidade ambiental: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

Pode-se destacar um dos países pioneiros na evolução da contabilidade ambiental foi a Dinamarca que desde 1996, exige através de lei que as organizações apresentem o relatório ambiental com informações relacionadas aos impactos ambientais. (RIBEIRO, 2005)

É função da contabilidade, avaliar e identificar eventos econômicos e financeiros relacionados a contabilidade ambiental e que irão afetar o patrimônio da empresa e influenciar no resultado final do exercício. Dessa forma, irá contribuir para auxiliar os gestores na tomada de decisão e medidas para a preservação do meio ambiente e de um desenvolvimento sustentável. (RIBEIRO, 2005)

Infelizmente, ainda hoje existe uma grande resistência por parte das empresas em aderir a apresentação de informações ambientais pois para uma empresa poluidora é extremamente desvantajoso fornecer informações relacionadas ao meio ambiente já que isso estaria contribuindo para que órgãos públicos, instituições de meio ambiente e a sociedade pressionasse e exigisse a organização poluidora a ter uma responsabilidade socioambiental mais adequada. (RIBEIRO, 2005)

Carvalho (2009, p. 112-113) afirma que:

Outras causas da omissão de informações ambientais têm sido identificadas nos demonstrativos contábeis, quais sejam:

- em um primeiro momento, a ausência de percepção da importância da natureza para vida das entidades;
- impactos financeiros decorrentes da adoção de metodologias limpas, embora posteriormente, isto possa ser revertido positivamente em favor da entidade;
- a falta de efetividade no cumprimento da legislação ambiental, sendo preferível o risco à mudança de postura;
- a dificuldade de valoração de fatos contábeis ambientais para o devido registro contábil;
- a imagem negativa associada à empresa, advinda do registro de passivos ambientais;

- a ausência de percepção ambiental dos benefícios ou malefícios por parte dos consumidores dos produtos da entidade e/ou dos usuários da informação contábil;
- a falta de cobrança da sociedade de um comportamento ético-ambiental por parte das empresas e/ou responsáveis pela tutela do meio ambiente.

Pode-se afirmar que Contabilidade Ambiental tem como principal objetivo a evidenciação de informações relacionadas ao meio ambiente de forma segregada, informando aos diretores, funcionários e clientes a interação da organização com o meio ambiente. (RIBEIRO, 2005)

É importante frisar que forças externas contribuem para que as empresas evidenciem informações ambientais como: a concorrência, quando evidencia informações ambientais estimula outras empresas do mesmo segmento a fazer o mesmo, a sociedade que a cada dia está cobrando um postura social e ambientalmente correta as organizações, além de órgãos públicos e instituições de meio ambiente. (CARVALHO, 2009)

Vale lembrar que os princípios contábeis devem caminhar em conjunto com as informações ambientais apresentadas pelas empresas. Contudo, pode-se destacar três princípios como sendo considerado os norteadores dos registros contábeis nessa área: Princípio da Continuidade, Princípio da Competência e o Princípio da Oportunidade. (CARVALHO, 2009)

Sendo assim, é importante que as organizações adotem a contabilidade ambiental pois buscar trazer informações ambientais que auxiliam na tomada de decisão e como as empresas podem contribuir para a preservação do meio ambiente e um crescimento sustentável.

Além da utilização das demonstrações contábeis que trazem a comprovação de todo o investimento que está sendo feito, a comprovação da veracidade das informações prestadas a sociedade também pode se tornar uma ferramenta muito importante, para que se possa ter assegurada a responsabilidade das entidades. Assim, destaca-se o papel da auditoria das informações apresentadas.

2.1.5 Conceitos de Auditoria

A auditoria é um segmento das Ciências Contábeis que visa investigar, analisar, interpretar informações contábeis para saber se estas estão corretas e verdadeiras. Segundo Attie (2009, p. 5) " [...] a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantando com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado".

Para Franco e Marra (2009, p. 26) a auditoria:

Consiste no exame de documentos, livros e registros, inspeções, obtenção de informações e confirmações internas e externas, obedecendo a normas apropriadas de procedimento, objetivando verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação nelas demonstrada, de acordo com princípios fundamentais e normas de contabilidade, aplicados de maneira uniforme.

Os trabalhos de auditoria não se baseia só em livros e relatórios contábeis, mas também em informações que não foram registradas, omitidas pela empresa auditada. Essa omissão pode ter sido ocorrida de forma proposital influenciando nos relatórios finais da empresa. (ATTIE, 2009)

Apesar de fazer parte das Ciências Contábeis, a auditoria se distingue desta pois usa como técnica procedimentos para comprovar a veracidade das demonstrações contábeis. Para se comprovar algo a auditoria usa-se de todos os meios possíveis, para comprovar a veracidade das informações, mesmo que se necessário tenha que recorrer a procedimentos fora da empresa auditada. Depois de realizada todas as atividades de auditoria for comprovada a falta de registro contábil, conclui-se a inexistência de exatidão nas demonstrações contábeis. (FRANCO; MARRA, 2009)

No Brasil, a vinda de empresas internacionais contribuiu para a evolução da auditoria porém estas organizações tiveram as demonstrações contábeis auditadas já que tiveram investimentos implantados no Brasil. (ATTIE, 2009)

De acordo com Attie (2009, p. 9):

As principais influências que possibilitaram o desenvolvimento da auditoria no Brasil foram:

- filiais e subsidiárias de firmas estrangeiras;
- financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais;

- crescimento das empresas brasileiras e necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas;
- evolução do mercado de capitais;
- criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972; e
- criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades por Ações em 1976.

Assim, como todo segmento a auditoria também tem seu objetivo nas organizações.

Ao definir o objetivo da auditoria Franco e Marra (2009, p. 31) afirma que:

O objetivo da auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais. A auditoria pode ter por objetivo, inclusive, fatos não registrados documentalmente, mas relatados por aqueles que exercem atividades relacionadas com o patrimônio administrado, cuja informação mereça confiança, desde que tais informações possam ser admitidas como seguras pela evidência ou por indícios convincentes.

Complementando, Attie (2009, p. 11) afirma que:

O objetivo principal da auditoria pode ser descrito, em linhas gerais, como sendo o processo pelo qual o auditor se certifica da veracidade das demonstrações contábeis preparadas pela companhia auditada. Em seu exame, o auditor, por um lado, utiliza os critérios e procedimentos que lhe traduzem provas que assegurem a efetividade dos valores apostos nas demonstrações contábeis, e, por outro lado, cerca-se dos procedimentos que lhe permitem assegurar a inexistência de valores ou fatos não constantes das demonstrações contábeis que sejam necessários para seu bom entendimento.

Sendo assim, a auditoria tem uma ação preventiva, analisando demonstrações contábeis para que possa trazer aos diretores a veracidade dos registros, buscando passar de forma mais clara a atual situação da empresa e informações pertinentes sobre as demonstrações contábeis da organização. O objetivo principal da auditoria não está em buscar fraudes, erros ou irregularidades mas ao utilizar procedimentos de auditoria nas organizações estas situações podem ser descobertas. (FRANCO; MARRA, 2009)

Para detectar as irregularidades os auditores deverão ter conhecimentos técnicos, repetir a ética profissional para que emita relatórios de auditoria com

competência sobre aspectos fundamentais nas demonstrações contábeis da entidade auditada. (ATTIE, 2009)

2.1.6 Conceitos Auditoria Ambiental

Atualmente, a preocupação com a preservação ambiental vem aumentando devidos aos impactos ambientais negativos protagonizados por algumas empresas. Pressionados, por órgãos públicos e organizações de meio ambiente muitas organizações estão tendo que assumir sua responsabilidade sobre danos causado no meio ambiente. (CAMPOS; LERÍPIO, 2009)

Segundo Tachizawa (2011, p. 8) " [...] a preservação do meio ambiente converteu-se em um dos fatores de maior influência dos anos 90 e da primeira década de 2000, com grande rapidez de penetração de mercado".

A auditoria ambiental surgiu como uma forma de analisar se os procedimentos e leis relacionados ao meio ambiente estão sendo cumpridos principalmente pelas empresas de grande porte. Segundo Campos e Lerípio (2009, p. 3) " a auditoria ambiental teve sua origem nos Estados unidos, através de realização de auditorias voluntárias na década de 1970".

Conceituando Auditoria Ambiental segundo a resolução CONAMA 306/2002:

Uma auditoria ambiental é um processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências que determinem se as atividades, eventos, sistemas de gestão e condições ambientais especificados ou as informações relacionadas a estes estão em conformidades com os critérios de auditoria estabelecidos nesta Resolução, e para comunicar os resultados desse processo.

Dessa forma pode-se concluir, de acordo com Campos e Lerípio (2009, p. 8):

A auditoria é um processo sistemático, que deve ser sempre documentado e que visa avaliar evidências encontradas, com o intuito de concluir se estas evidências constituem conformidades ou não-conformidades em relação ao padrão adotado como referência.

É importante frisar que a auditoria não é uma fiscalização pois a empresa não corre o risco de levar punição, a auditoria tem como objetivo identificar infrações

tendo como apoio órgãos governamentais e a legislação ambiental. (CAMPOS; LERÍPIO, 2009)

Campos e Lerípio (2009, p. 3) afirmam que:

Os principais benefícios da auditoria ambiental são:

- identificação dos passivos ambientais, existentes ou potenciais, em relação às leis aplicáveis;
- redução de conflitos com os órgãos públicos responsáveis pelo controle ambiental;
- redução de conflitos e harmonização de relações com a comunidade e partes interessadas;
- harmonização de práticas e procedimentos nas diversas unidades operacionais de uma organização;
- priorização de investimentos, avaliando-se as inadimplências mais graves;
- avaliação de passivos ambientais de organizações ou atividades em processos de venda ou fusão, evitando-se surpresas em virtude de esses passivos não serem considerados em escrituração contábil;
- geração de oportunidades de redução de custos, através do controle de perdas de matéria e energia;
- melhoria de posicionamento e mercados com requerimentos ambientais específicos.

No atual cenário que vivemos de competitividade as empresas estão cada vez mais sendo cobradas por uma postura social e ambientalmente correta. Estas entidades estão investindo em recursos para controle de poluição, saúde, segurança do trabalho, prevenção de danos etc. (CAMPOS; LERÍPIO, 2009).

Além disso, muitas empresas utilizam de tecnologias para alcançar um maior controle ambiental e dessa forma estão dedicando uma atenção maior a auditoria socioambiental como forma de buscar informações mais completas, fidedignas, diminuir impactos ambientais e custos. (CAMPOS; LERÍPIO, 2009).

Campos e Lerípio (2009, p. 4) enfatiza que:

Existe várias razões para empreender uma auditoria ou programa de auditorias, estão entre os principais motivos:

- desenvolver uma política ambiental corporativa;
- buscar conformidade legal;
- analisar as práticas gerenciais e as operações existentes;
- estimar os riscos e as responsabilidades;

- analisar procedimentos de resposta a emergências;
- melhorar a utilização dos recursos;
- aumentar a competitividade;
- criar vantagens competitivas estratégicas.

Sendo assim, a auditoria ambiental pode ser uma ferramenta muito útil as empresas principalmente de capital aberto por analisar e investigar informações relacionadas ao meio ambiente, já que estas organizações são cobradas por uma postura ambiental e socialmente correta.

2.1.7 Origem e Evolução da Auditoria

A auditoria tem como principal objetivo a verificação e análise de informações contábeis da empresa. Sua origem foi na Inglaterra devido ao grande comércio na época e por ser a pioneira a instituir a taxaço do imposto de renda com base nos lucros da empresa. Atualmente no Brasil é obrigatório empresas de grande porte passarem por uma auditoria para verificar a veracidade de suas demonstrações contábeis.

Franco e Marra (2009, p. 39) afirmam que:

A auditoria surgiu como consequência da necessidade de confirmação dos registros contábeis, em virtude do aparecimento das grandes empresas e da taxaço do imposto de renda, baseado nos resultados apurados em balanço. Sua evolução ocorreu paralelamente ao desenvolvimento econômico, que gerou as grandes empresas, formadas por capitais de muitas pessoas, que têm na confirmação dos registros contábeis a proteção ao seu patrimônio.

De acordo com Atie (2009, p. 7):

O surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas e, principalmente, em virtude do aparecimento de grandes empresas multigeograficamente distribuídas e simultâneo ao desenvolvimento econômico que propiciou participação acionária na formação do capital de muitas empresas.

O surgimento da auditoria na Inglaterra e conseqüentemente sua expansão contribuíram para a grandeza econômica e comercial na Inglaterra e na Holanda no

final do século passado. Nos Estados Unidos devido a esse avanço e ao crescimento das empresas hoje a profissão é mais desenvolvida e determinou a evolução da auditoria. (FRANCO; MARRA, 2009)

A evolução da auditoria está ligada diretamente com a evolução da contabilidade devido ao desenvolvimento econômico e do crescimento das empresas surgiu da necessidade de controle das informações financeiras e da administração dos negócios. A busca pela veracidade das informações, o cumprimento das metas da organização, busca de informações lícitas foram algumas das preocupações que fizeram com que empresas procurassem a opinião de um profissional não ligado a organização e que confirmasse toda a veracidade e qualidade das demonstrações contábeis da empresa, surgindo assim o auditor. (ATIE, 2009)

Para Franco e Marra (2009, p. 43):

Sendo a auditoria a técnica contábil através da qual são confirmados os registros procedidos pela Contabilidade, sua atuação interessa principalmente a:

- a) Executivos de empresas, que não podem fiscalizar todos os atos de seus subordinados;
- b) Investidores que não tomam parte ativa na administração de uma Sociedade (é o caso dos acionistas em sociedades abertas).
- c) Financiadores e fornecedores que desejam ver confirmada a possibilidade de liquidação de seus créditos.
- d) O Fisco, que tem na auditoria idônea uma colaboração útil para orientação dos contribuintes e para evitar sonegação de impostos.
- e) O Poder Público, quando se trata de empresas ou entidades de interesse coletivo que devem sofrer controles e fiscalização do Estado.
- f) Os empregados das empresas, quando eles participam dos lucros e estão interessados na confirmação dos resultados apurados.

Assim, Franco e Marra (2009, p. 44) ainda enfatiza que:

O surgimento e o processo da auditoria verificam-se, em todos os países do mundo, como consequência dos seguintes fatores:

- a) O crescimento de empresas cuja complexidade e ramificações tornaram impossível aos administradores controlar todos os atos de seus subordinados.
- b) O aparecimento, cada vez em maior número, das sociedades abertas.

- c) A utilização, sempre crescente, de capitais de terceiros por parte das empresas, principalmente de financiamentos de entidades particulares e empréstimos junto ao público.
- d) O crescimento da importância do imposto de renda - baseado no resultado de exercício - na receita pública de muitos países.
- e) O controle, cada vez maior, do Poder Público sobre as empresas particulares e entidades que exercem atividades relacionadas com o interesse público.
- f) A exportação de capitais, ou seja, a instalação de subsidiárias de empresas multinacionais, exigindo a fiscalização e o controle das atividades dessas subsidiárias. Igualmente, a associação de multinacionais com empresas locais, gerando o interesse das alienígenas em controlar seu investimento.

Neste contexto, com a expansão das empresas e do comércio a auditoria veio se desenvolvendo ganhando espaço e hoje é um dos segmentos mais importantes das Ciências Contábeis e que para sua realização são realizados procedimentos normas.

2.1.8 Normas e Procedimentos de Auditoria

Para a realização de auditoria em uma empresa são efetuados vários procedimentos baseados em normas para que todo processo seja efetuado com eficiência. Esses procedimentos envolvem não só os diretores mais também setores e funcionários da organização. A finalidade da auditoria, segundo Atie (2009, p. 22) "[...] é a emissão de uma opinião fundamentada por uma pessoa independente, porém com capacitação técnica e profissional suficiente para emití-la".

O auditor deverá emitir uma opinião baseado em dados comprobatórios que afirmem o que foi relatado. O trabalho do auditor é feito com base em dados concretos, o especialista não poderá emitir a opinião em algo não concreto que não se possa comprovar. A junção do conhecimento técnico e da experiência profissional fará com que o auditor emita uma opinião criteriosa e com mais exatidão e eficiência. (ATIE, 2009)

De acordo com Crepaldi (2011, p. 10-11):

Vantagens para a administração da empresa:

- fiscalizar a eficiência dos controles internos;
- assegurar maior correção dos registros contábeis;
- opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis;
- dificulta desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos de despesas;
- possibilita apuração de omissões no registro das receitas, na realização oportuna de créditos ou na liquidação oportuna de débitos;
- contribui para obtenção de melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas;
- aponta falhas na organização administrativa da empresa e nos controles internos.

Vantagens para os investidores (titulares do capital):

- contribui para maior exatidão das demonstrações contábeis;
- possibilita melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas;
- assegura maior exatidão dos resultados apurados.

Vantagens para o Fisco:

- permite maior exatidão das demonstrações contábeis;
- assegura maior exatidão dos resultados apurados;
- contribui para maior observância das leis fiscais.

Para uma boa execução do trabalho do auditor são realizados procedimentos e normas de auditoria. Segundo Crepaldi (2011, p. 223) "[...] as normas de auditoria geralmente aceitas orientam os auditores na realização de seus exames e na preparação de relatórios".

De uma forma mais detalhada Franco e Marra (2009, p. 56) afirmam que:

Por normas de auditoria são entendidas as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil, em todos os países, com o objetivo de regulação e diretrizes a serem seguidas por esses profissionais no exercício de suas funções. Elas estabelecem conceitos básicos sobre as exigências em relação à pessoa do auditor, à execução de seu trabalho e ao parecer que deverá ser por ele emitido.

Para que não haja dúvidas entre os conceitos de normas de auditoria e procedimentos de auditoria, Atie (2009, p. 52) afirma que:

As normas de auditoria diferem dos procedimentos de auditoria, uma vez que eles se relacionam com as ações a serem praticadas, conquanto as normas tratam das medidas de qualidade da execução destas ações e dos objetivos a serem alcançados através dos procedimentos. As normas dizem respeito não apenas às qualidades profissionais do auditor, mas também a sua avaliação pessoal pelo exame efetuado e do relatório emitido.

Já para Crepaldi (2011, p. 223):

Enquanto as normas de auditoria são normas para controlar a qualidade do exame e do relatório, os procedimentos de auditoria descrevem as tarefas realmente cumpridas pelo auditor, na realização do exame. As normas de auditoria são claramente estabelecidas e não se permite desvio algum, se pretender fazer um exame satisfatório. Em contraposição, os procedimentos de auditoria geralmente aceitos são descritos em termos genéricos, que podem ser modificados de modo a adaptarem-se a um trabalho específico de auditoria. As normas gerais referem-se, primordialmente, a caráter, atitudes e treinamento de auditores e são também conhecidas como normas pessoais. Dizem respeito a treinamento técnico e competência do auditor, experiência e zelo profissional e atitude de independência mental.

Essas normas são fundamentais pois auxiliam na estrutura para a elaboração de exames de demonstrações financeiras, a realização do exame e emissão do relatório, também auxiliam nos objetivos de auditoria e metas para atingir a mesma. (CREPALDI, 2011)

As normas de auditoria servem como guias dando suporte ao auditor em relação à capacidade profissional para a elaboração e execução de seu trabalho. A medida que devido a necessidade, novas normas surgem na Contabilidade vão sendo denominadas de normas usuais de auditoria ou normas de auditoria geralmente aceitas. (FRANCO; MARRA, 2009)

As normas gerais e específicas se assemelham em todos os países, variando apenas em alguns detalhes decorrentes da evolução profissional e surgimento de novas circunstâncias na execução do trabalho do auditor e de sua responsabilidade e influência perante a organização. (FRANCO; MARRA, 2009)

De acordo com Atie (2009, p. 52-53):

As normas de auditoria reconhecida pelo Conselho Federal de Contabilidade estão contidas na Resolução CFC nº 751, de 29-12-1993, e atualizadas pela Resolução CFC nº 980, de 24-10-2003 e dizem respeito a:

NBC P 1 - Normas profissionais de auditor independente

- Competência Técnico-Profissional
- Independência e Sigilo
- Responsabilidade na Execução dos Trabalhos
- Honorários Profissionais
- Guarda da Documentação
- Utilização de Trabalho do Auditor Interno

- Utilização de Trabalho de Especialistas

- Manutenção dos Líderes de Equipe de Auditoria

NBC P 4 - Normas para a educação profissional continuada

NBC P 5 - Normas para o exame de qualificação técnica - Normas profissionais técnicas (NBC T)

NBC T 11 - Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis

No Brasil, as primeiras normas de auditoria surgiram em 1972, elaborado pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, conhecido hoje como IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores, conseqüentemente as normas foram oficializadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. (FRANCO; MARRA, 2009)

2.1.9 Planejamento de Auditoria

Um das etapas mais importantes de qualquer trabalho de auditoria é o planejamento. Este deverá ser elaborado de forma muito cuidadosa de acordo com os objetivos da auditoria. Segundo Crepaldi (2011, p. 480) "[...] o planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria".

Para que seja realizado um planejamento eficiente e adequado o auditor primeiro deverá formular o programa de auditoria. Franco e Marra (2009, p. 297) afirmam que:

O programa de auditoria consiste no plano de trabalho para exame de área específica. Ele prevê os procedimentos que deverão ser aplicados para que se possa alcançar o resultado desejado. Deve, entretanto, ser bastante amplo e flexível, para permitir alterações durante o andamento das verificações, segundo aconselham as circunstâncias, isto é, a maior ou menor eficiência dos controles internos do cliente. Haverá casos em que os controles se revelam de tal modo excelentes que dispensam a aplicação de grande número de procedimentos. Entretanto, o reverso poderá também acontecer, aconselhando a aprofundar mais as verificações.

De acordo com Crepaldi (2011, p. 483) "[...] o programa de auditoria deve ser preparado por escrito ou por outro meio de registro, para facilitar o entendimento dos procedimentos de auditoria a serem adotados e propiciar uma orientação mais adequada para a divisão do trabalho".

O auditor deverá ter cuidados ao elaborar um programa de auditoria pois não é recomendável aplicar um modelo único para todos os casos. É fundamental que antes da elaboração do trabalho de auditoria o profissional estude e analise cuidadosamente a empresa a ser auditada. Além disso, o programa deverá permitir que o auditor anote as respostas depois das questões formuladas, servindo como registros das informações coletadas, o programa permite também que outro auditor faça a revisão necessária. (FRANCO; MARRA, 2009)

O planejamento exige do auditor grau elevado de conhecimento técnico, fatores econômicos, leis que regem no país, competência e também conhecer as rotinas financeiras, administrativas e operacionais da organização que está auditando. O planejamento do auditor deverá ser baseado nas Normas Profissionais de Auditor Independente, tendo responsabilidade total sobre prazos e compromissos com a empresa. (CREPALDI, 2011)

Na utilização de uma equipe técnica para o planejamento da auditoria deverá ter a orientação e supervisão de um auditor experiente que assumirá toda a responsabilidade dos trabalhos da equipe. A equipe técnica deverá ser composta por profissionais qualificados , independentes e com treinamentos exigidos. (CREPALDI, 2011)

O planejamento da auditoria é um processo que ocorre no período de contratação de serviços. Nesta etapa, o auditor deverá conhecer a atividade da empresa, os relatórios financeiros, demonstrações contábeis, legislação aplicável, para que assim, possa avaliar o melhor método para que o trabalho seja efetuado com eficiência. (CREPALDI, 2011)

Crepaldi (2011, p. 483) afirma que:

Os principais objetivos do Planejamento da Auditoria são:

- a) obter conhecimento das atividades da entidade, para identificar eventos e transações relevantes que afetem as Demonstrações Contábeis;
- b) propiciar o cumprimento dos serviços contratados com a entidade dentro dos prazos e compromissos previamente estabelecidos;
- c) assegurar que as áreas importantes da entidade e os valores relevantes contidos em suas demonstrações contábeis recebam a atenção requerida;
- d) identificar os problemas potenciais da entidade;

- e) identificar a legislação aplicável á entidade;
- f) estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem efetuados, em consonância com os termos constantes na sua proposta de serviços para a realização do trabalho;
- g) definir a forma de divisão das tarefas entre os membros da equipe de trabalho, quando houver;
- h) facilitar a supervisão dos serviços executados, especialmente quando forem realizados por uma equipe de profissionais;
- i) propiciar a coordenação do trabalho a ser efetuado por outros auditores independentes e especialistas;
- j) buscar a coordenação do trabalho a ser efetuado por auditores internos;
- k) identificar os prazos para entrega de relatórios, pareceres e outros informes decorrentes do trabalho contratado com a entidade.

Desta maneira, pode-se afirmar que o planejamento é uma etapa importante que o auditor deverá fazer com cuidado, responsabilidade e capacitação profissional.

Quadro 1 - Estrutura Teórica

Será apresentado a seguir um quadro resumindo os principais conceitos, definições e autores abordados no referencial teórico desta monografia.

CONCEITO	DEFINIÇÃO	AUTOR
Contabilidade	A Contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa". Como forma de analisar e avaliar o Patrimônio da organização surgiu o balanço patrimonial que evidencia a real situação da empresa	Ribeiro (1999)
Balanço	O Balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data, representando, portanto, uma posição estática	Fipecafi (2010)

Balço Social	O balanço social é um demonstrativo contábil que visa à apresentação de informações acerca da interação da empresa com o meio em que se encontra inserida. A elaboração e publicação deste demonstrativo não são obrigatórias no Brasil, mas é notavelmente crescente a utilização do balanço social pelas organizações.	Ferreira, Siqueira e Gomes (2012)
Responsabilidade Social	Responsabilidade Social envolve o conhecimento das preferências e prioridades sociais. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico, uma vez que as variáveis, que as influenciam, alteram-se de uma região para outra, como também de geração para geração. A partir desse conhecimento, entendendo que o lucro é um meio e não um fim, em si mesmo, a empresa deveria coadunar os interesses do seu diversificado público, a fim de atender às suas expectativas, seja em termos de abastecimento do mercado, recursos humanos ou preservação do meio ambiente.	Ribeiro (2005)
Contabilidade Social	O propósito da contabilidade social é, pois, fornecer informações que permitam avaliar os efeitos das atividades das empresas sobre a sociedade. Nesse sentido, deverão ser estabelecidos objetivos, conceitos sociais relevantes, métodos de mensuração e uma estrutura para comunicar tais dados aos usuários interessados. Esses objetivos poderão incluir a informação da contribuição proporcionada pela empresa à sociedade, isto é, os custos e benefícios internos da companhia e os custos e benefícios que afetam somente a sociedade (externalidades)	Ribeiro (2005)

Contabilidade Ambiental	A Contabilidade Ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente, conhecida. Adaptando o objetivo desta última, podemos definir como objetivo da contabilidade ambiental: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.	Ribeiro (2005)
Auditoria	A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantando com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado. Consiste no exame de documentos, livros, registros, inspeções, obtenção de informações e confirmações internas e externas, obedecendo a normas apropriadas de procedimento, objetivando verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação nelas demonstrada, de acordo com princípios fundamentais e normas de contabilidade, aplicados de maneira uniforme.	Attie (2009); Franco e Marra (2009)
Auditoria Ambiental	Uma auditoria ambiental é um processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências que determinem se as atividades, eventos, sistemas de gestão e condições ambientais especificados ou as informações relacionadas a estes estão em conformidades com os critérios de auditoria estabelecidos nesta Resolução, e para comunicar os resultados desse processo.	Conama (2002)

<p>Normas de Auditoria e Procedimentos de Auditoria</p>	<p>Enquanto as normas de auditoria são normas para controlar a qualidade do exame e do relatório, os procedimentos de auditoria descrevem as tarefas realmente cumpridas pelo auditor, na realização do exame. As normas de auditoria são claramente estabelecidas e não se permite desvio algum, se pretender fazer um exame satisfatório. Em contraposição, os procedimentos de auditoria geralmente aceitos são descritos em termos genéricos, que podem ser modificados de modo a adaptarem-se a um trabalho específico de auditoria. As normas gerais referem-se, primordialmente, a caráter, atitudes e treinamento de auditores e são também conhecidas como normas pessoais. Dizem respeito a treinamento técnico e competência do auditor, experiência e zelo profissional e atitude de independência mental.</p>	<p>Crepaldi (2011)</p>
<p>Planejamento de Auditoria</p>	<p>O planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria.</p>	<p>Crepaldi (2011)</p>

Conclui-se que esse quadro apresentou os principais conceitos, definições e autores de forma resumida e clara, sendo que, esses assuntos foram abordados com maior atenção e detalhadamente no referencial teórico deste presente trabalho.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada toda a metodologia desta monografia, os objetivos, procedimentos e análises para que se chegue à uma conclusão sobre o objetivo proposto inicialmente.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Há princípio, este trabalho monográfico apresenta uma pesquisa do tipo exploratória, que para Gil (2010, p. 27):

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado.

Para que os objetivos dessa monografia fossem alcançados foram necessárias pesquisas bibliográficas e pesquisas por meio eletrônico para um melhor esclarecimento e desenvolvimento do assunto. Marconi e Lakatos (2010, p. 166) afirmam que:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Depois de realizada toda a pesquisa bibliográfica em livros, revistas e pesquisas em sites será desenvolvida em uma empresa, um estudo de caso que conforme Beuren (2003, p. 84) "a pesquisa do tipo estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico".

Quanto a abordagem a pesquisa será desenvolvida de forma qualitativa, evidenciando os principais conceitos e definições sobre o tema. Segundo Beuren (2003, p. 92) as pesquisas qualitativas "[...] concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último". De forma consequente será apresentado um estudo de caso de forma qualitativa onde foi possível o aprofundamento de um único caso através de entrevista.

Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida de forma exploratória e qualitativa, utilizando como procedimentos pesquisas bibliográficas e pesquisas em meios eletrônicos de acordo com o primeiro objetivo específico apresentado no referencial teórico (tópico 2). Foi realizado um estudo de caso em uma empresa conforme o segundo objetivo específico, que também de forma detalhada, trata-se de uma pesquisa qualitativa, apresentada no tópico 4 deste trabalho.

3.2 OBJETIVOS

O objetivo geral dessa monografia é analisar a importância da auditoria em balanços socioambientais para que as empresas se conscientizem de que aplicando a auditoria em balanços socioambientais terão informações mais concretas e fidedignas além de aumentar confiabilidade das demonstrações socioambientais publicadas.

Os objetivos específicos são:

- a) Descrever conceitos e definições referente a balanços socioambientais e auditoria, enfatizando a importância da auditoria nas empresas;
- b) Averiguar a utilização de auditoria em balanços socioambientais em uma empresa.

A primeira parte descreve os conceitos relacionados a balanços socioambientais e auditoria para que se conheça melhor o tema já que infelizmente ainda é pouco discutido e não tem a atenção merecida.

Além disso, descreve toda a origem, evolução, procedimentos e normas da auditoria, enfatizando a sua importância no contexto atual da sociedade já que muitas empresas interpretam a auditoria como algo ruim, sendo que ela trará benefícios, pois, as demonstrações da empresa serão analisadas por um profissional qualificado que emitirá sua opinião da situação atual da organização, fazendo com que a empresa busque providências para melhorias, aumentando a confiabilidade das demonstrações publicadas.

A segunda parte do objetivo foi desenvolvida através de pesquisa de campo, aplicando-se um estudo de caso em uma empresa para um melhor entendimento do assunto abordado e enriquecimento do trabalho monográfico.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA

O presente trabalho, utilizar-se como instrumento para coleta de dados a técnica de entrevista semi-estruturada que de acordo com Triviños (1987) apud Beuren (2003, p. 133):

A entrevista semi-estruturada é a que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, adicionam-se a uma grande quantidade de interrogativas, fruto de novas hipóteses que surgem no transcorrer da entrevista. Assim, o informante, seguindo espontaneamente sua linha de pensamento e suas experiências cotidianas, influencia a elaboração do conteúdo da pesquisa.

Devido ao caráter exploratório e qualitativo deste trabalho através de pesquisas bibliográficas, a partir da revisão da literatura foram elaboradas o roteiro da entrevista.

A coleta de dados foi feita através de pesquisas bibliográficas, pesquisas em meio eletrônico e entrevista semi-estruturada. Foi desenvolvido todo um referencial teórico sobre o tema para realização da entrevista.

A entrevista foi composta por 11 questões com perguntas relacionadas ao balanço social, responsabilidade social, informações socioambientais, contabilidade social e auditoria da empresa. Para que alcance o objetivo do presente trabalho com garantia de resultados isentos de erros, a entrevista foi submetida a correção feita

pelos professores. Por fim, a entrevista foi novamente revisada e a análise dos resultados foi feita de forma qualitativa, onde foram interpretados os dados obtidos junto com a teoria estudada e apresentada no referencial teórico.

A entrevista semi-estruturada possui muitas vantagens, uma destas que pode-se destacar de acordo com Beuren (2003, p. 133) "a entrevista semi-estruturada, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do entrevistador, possibilita que o informante use toda sua criatividade e espontaneidade, valorizando mais a investigação".

De forma mais detalhada Marconi e Lakatos (2010, p. 181) afirmam que as vantagens da entrevista são:

- a) Pode ser utilizada com todos os segmentos da população: analfabetos ou alfabetizados;
- b) Fornece uma amostragem muito melhor da população geral: o entrevistado não precisa saber ler ou escrever;
- c) Há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente; especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido;
- d) Oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos etc.
- e) Dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos.
- f) Há possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias;
- g) Permite que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico.

A entrevista sendo bem aplicada pode trazer muitos benefícios na coleta de dados, enriquecendo o trabalho além de ser um dos métodos mais utilizados.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA

A coleta de dados realizou-se por meio de pesquisas bibliográficas e pesquisas por meio eletrônico utilizando-se como instrumento de coleta entrevista, como já apresentado. A entrevista pode ser aplicada pessoalmente, por telefone,

correspondência, ou pela junção de todos esses métodos tendo em vista suas vantagens, desvantagens e limitações.

A entrevista semi-estruturada diferente da entrevista por telefone ou por correspondência possibilita maior interação entre pesquisador e entrevistado. Para Beuren (2003, p. 133) "a entrevista semi-estruturada permite maior interação e conhecimento das realidades dos informantes. Para alguns tipos de pesquisas qualitativas, a entrevista semi-estruturada parece ser um dos principais instrumentos de coleta de dados de que o pesquisador dispõe".

O estudo de caso foi realizado na Embasa onde foi aplicado uma entrevista semi-estruturada. No dia 16/06/2016 ocorreu a primeira visita a empresa para conhecer o estabelecimento e também para ter uma conversa informal sobre os assuntos abordados na presente monografia. No dia 02/06/2016 foi realizada a entrevista com a gerente do setor responsável pela elaboração do balanço social e programas de responsabilidade social. No dia 10/06/2016 algumas questões relacionadas a auditoria foram respondidas pela gerente do setor de auditoria interna.

Com a entrevista realizada, foi possível fazer toda a análise dos dados. Percebeu-se que a entrevistada tinha bastante conhecimento sobre os assuntos abordados e não se limitou a responder nenhuma das questões relacionadas a balanços sociais, responsabilidade social, informações socioambiental da empresa e auditoria.

No decorrer da entrevista, verificou-se que a organização tem uma grande preocupação com a questão social e ambiental. Além disso, todas as respectivas perguntas foram respondidas com muita coerência e consistência não ocorrendo nenhum tipo de contradição.

3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE

Esse tópico tem como objetivo descrever todas as técnicas utilizadas neste trabalho, passando por uma análise para que se tenha uma conclusão dos dados obtidos.

Depois de feita toda a coleta de dados e entrevista realizada, usou-se como técnica a análise de conteúdo. Para isto, foi feita toda uma interpretação dos dados obtidos com a entrevista. De acordo com Gil (1999) apud Beuren (2003, p. 141) "a interpretação dos dados tem por objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante a ligação com outros conhecimentos já assimilados".

Segundo Richardson (1999, p. 224) apud Beuren (2003, p. 137):

A análise de conteúdo busca compreender melhor um discurso, aprofundar suas características "gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas" e extrair os momentos mais importantes. Portanto, baseia-se em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para as descobertas do pesquisador.

Depois da entrevista realizada pôde-se fazer a análise de alguns trechos desta. As questões relacionadas a balanços socioambientais, responsabilidade social, informações socioambientais, contabilidade social e algumas de auditoria foram respondidas pela gerente da divisão de políticas e programas de responsabilidade social da empresa enquanto que duas perguntas relacionadas a auditoria e seus procedimentos, normas e planejamento foram respondidas pela gerente da divisão de auditoria interna.

Uma das perguntas relacionada a elaboração do balanço social da empresa a entrevistada expõe que "a Embasa utiliza-se do Modelo de Balanço Social IBASE como parte do seu Relatório de Sustentabilidade Modelo GRI/G4, por acreditar que os dois modelos se completam [...]". Ao analisar a resposta da entrevistada percebe-se que a empresa utiliza dois modelos para elaboração do balanço social: o modelo IBASE e o modelo GRI.

Com relação as informações publicadas serem confiáveis a entrevistada diz que "em boa parte [...]". Isso ocorre devido ao fato que muitos relatórios são feitos em planilhas de excel, com facilidade de ocorrer erros. Entretanto ao realizar o estudo de caso percebe-se a preocupação da empresa com o meio social e ambiental.

Em relação a auditoria e suas normas, procedimentos e planejamento a entrevistada em um dos trechos da entrevista diz que "beneficia a organização como um todo [...]". Pode-se perceber a importância da auditoria na empresa e como ela pode beneficiar a empresa trazendo informações mais autênticas a seus gestores.

Sendo assim, conclui-se que a entrevista foi realizada com sucesso e as informações obtidas contribuíram para que se fizesse toda a interpretação dos dados coletados e análise dos resultados com a conclusão do presente trabalho.

3.6 MODELO DE ANALISE

Foi apresentado para este trabalho monográfico o modelo de análise referente ao tema abordado.

Quadro 2 – Modelo de Analise

OBJETIVO ESPECÍFICO	VARIÁVEIS TEÓRICAS	ITEM
1 - Descrever conceitos e definições referente a balanços socioambientais e auditoria, enfatizando a importância da auditoria nas empresas;	V1 - Balanço Social	Questão 1
		Questão 2
		Questão 3
		Questão 4
	V2 - Responsabilidade Social	Questão 5
	V3 - Contabilidade Socioambiental	Questão 6
	V4 - Informações Socioambientais	Questão 7
2 - Averiguar a utilização de auditoria em balanços socioambientais em uma empresa.	V5 - Auditoria	Questão 8
		Questão 9
	V7 - Normas, Procedimentos e Planejamento da auditoria	Questão 10
	V8 - Auditoria e Balanço Social	Questão 11

4 ANALISE DE RESULTADOS

Este capítulo apresenta análise dos resultados obtidos por meio da entrevista realizada. Foram propostos dois objetivos para este trabalho monográfico o primeiro foi a apresentação dos principais conceitos e definições sobre balanços socioambientais e auditoria, enfatizando a importância da auditoria nas empresas, sendo que este objetivo foi atingido com a construção do referencial teórico capítulo 2. O segundo objetivo está sendo apresentado nas subseções 4.1, 4.2 e 4.3. A entrevista foi realizada com duas gerentes: a primeira respondeu as questões do tópico 4.1 e 4.2 e a segunda respondeu algumas questões sobre auditoria exposto no tópico 4.2.

4.1 BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS E SUAS VERTENTES

Neste tópico serão apresentados os assuntos relacionados a balanço social, responsabilidade social, contabilidade socioambiental e informações socioambientais abordados nas questões de 1 a 7 da entrevista e toda a análise das questões e respostas da entrevistada. Inicialmente as perguntas foram feitas de acordo com o objetivo específico 2 e conseqüentemente apresentadas em forma de quadro no modelo de análise, sendo que as variáveis teóricas são os assuntos que cada questão aborda.

Há princípio foi discutido na entrevista a questão do balanço social da empresa. Questionada sobre como ocorre o processo de elaboração do balanço social da empresa a entrevistada expõe que:

Todos esses relatórios estão baseados na metodologia da GRI (*Global Reporting Initiative*) e têm como premissa básica comunicar o desempenho social, ambiental e econômico da organização para seus públicos de interesse. As ações de melhoria desse processo envolvem a manutenção da metodologia de relato da GRI, adesão dos colaboradores envolvidos no processo de relato, adequação dos temas materiais ao planejamento estratégico da organização visando à definição de indicadores, continuidade na realização de eventos para engajamento das partes interessadas, revisão dos temas materiais e divulgação do relatório anualmente, culminando na disseminação da Política de Sustentabilidade e do Código de

Ética e de Conduta que representam os instrumentos condutores da gestão da sustentabilidade.

A entrevistada enfatiza que "a Embasa utiliza-se do Modelo de Balanço Social IBASE como parte do seu Relatório de Sustentabilidade Modelo GRI/G4, por acreditar que os dois modelos se completam [...]". Os primeiros balanços sociais foram elaborados em 1980 e o IBASE criou um modelo que até hoje as empresas utilizam para elaboração do balanço social, porém, apesar de ser usado atualmente é considerado um modelo ultrapassado, por isso, muitas empresas estão utilizando além do modelo IBASE o modelo GRI.

Quando perguntada se as informações publicadas no balanço social são confiáveis a entrevistada relata que "em boa parte, o problema é que nem todas as informações parte de sistemas, algumas são de planilha de Excel e são frágeis, outro problemas é que gestores as vezes mesmo tendo os sistemas corporativos usam metodologias próprias". Por não ter um padrão, uma parametrização, o balanço social é feito pelas organização de modo geral como querem, inclui ou exclui não seguindo um padrão.

Quando perguntada sobre como as informações contidas no balanço social da empresa influenciam na tomada de decisão a entrevistada diz que:

As exigências do modelo GRI exige uma melhoria continua, por exemplo ele pede a nossa cadeia de valor, nosso procedimento de gestão de riscos etc.. dessa forma é um instrumento que promove saltos de excelência. Assim, hoje não informamos emissões e resíduo mas é nossa intenção termos programas sério para poder dar conta dessas novas exigências, que não é do GRI mas que são "mundiais", vide Protocolo de Kyoto etc.

A entrevistada reforça que "o relatório em si, trás dados históricos, mas, ele não é para tomada de DECISÃO, ele relata as decisões e ajuda a medi-las. O nosso planejamento estratégico, tático, operacional reverte-se em planos de ação e assim as decisões são tomadas. O GRI apenas é o relato das medidas". Há esperança de que futuramente o GRI possa se tornar uma norma/ISO, se caso isto ocorrer o balanço social será mais padronizado.

Ao ser perguntada sobre as empresas de capital aberto se estão mais preocupadas com a responsabilidade social a entrevistada relata que:

Há Projetos de Lei que pedem a obrigatoriedade do Relatório de Sustentabilidade. Eu particularmente acho que isso é desnecessário, RS representa um conjunto de ações a cima das obrigações legais, qualquer

coisa obrigatória/legalista reduz o caráter discricionário. Também sou a favor que só Empresa faz Responsabilidade Social, seja de Capital aberto ou Fechado, a natureza das ações do Estado e das ONGs já é o social, para mim responsabilidade social só é feita por empresa, pois nem ONG e nem o Estado dá lucro, pegar parte do Lucro e destinar a ações que não tem caráter legal, é para mim RS e o relatório é a forma de medir isso, sustentabilidade é a forma de medir o grau da eficiência e da eficácia dessas ações.

Na opinião da entrevistada as publicações de informações socioambientais deverão ser voluntárias, não tendo as empresas esta obrigação de publicar. Salienta que responsabilidade social não é apenas cumprir legislação. Por isso, a entrevistada não gosta do termo obrigatório. Para ela as empresas deverão publicar informações socioambientais voluntariamente, independente de ser de capital aberto ou fechado.

As organizações por estarem sendo mais cobradas pela sociedade e pela mídia por uma responsabilidade socioambiental publicam ou estão mais preocupadas em publicar informações socioambientais, além disso, podem usar como estratégia e também pelo fato da concorrência publicar esse tipo de informação ligado ao meio social e ambiental.

Com relação a contribuição da contabilidade socioambiental para que a empresa alcance seus objetivos a entrevistada enfatiza que:

Externalidades ambientais são os efeitos transversais de bens ou serviços sobre outras pessoas que não estão diretamente envolvidas com a atividade. Referem-se ao impacto de uma decisão sobre aqueles que não participam dessa decisão, podendo gerar efeitos positivos ou negativos para a sociedade.

As externalidades podem gerar efeitos positivos e negativos, porém, o relatório não dar conta de todas as externalidades.

A entrevistada relata que a função/finalidade das informações socioambientais na empresa são "elas alimentam bancos de dados das agencias financeiras e de fomento, servem para pegarmos empréstimos a fundo perdido da União, geram uma boa imagem corporativa, serve para mensurar e reduzir o impacto da empresa no meio ambiente e na sociedade".

A publicação dessas informações trazem benefícios não só para a empresa, mas também para a sociedade e o meio ambiente além de contribuir para que a organização fique com uma imagem positiva.

4.2 A UTILIZAÇÃO DA AUDITORIA EM BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS

Nesse tópico serão discutidos os assuntos referente a auditoria, normas, procedimentos e planejamento da auditoria abordados nas questões de 8 a 11 da entrevista e também será feita toda a análise das respostas das entrevistadas. Essas questões relacionadas a auditoria está de acordo com o objetivo específico 2 e o quadro do modelo de análise.

A entrevistada ao ser questionada sobre como a auditoria pode contribuir no desenvolvimento e melhorias das informações publicadas na empresa, expõe que:

O GRI prevê a Assurance, a auditoria do relatório é feita por empresas a fim de verificar parte das informações. Nossas informações financeiras são auditadas, queremos que alguns indicadores sejam auditados pelo nosso setor de auditoria externa pois nossos procedimento e processos são muito específicos e talvez entes externos não tenham o mesmo domínio que o nosso, além disso nossa intenção é a melhoria do processo e não a mascaração dos mesmos. Nesse sentido a auditoria serve para garantir a acurácia dos dados.

O Assurance é a auditoria para as empresas que utiliza o modelo GRI, porém, seu uso é opicional, algumas empresas no Brasil utilizam este método, entretanto na Bahia não é muito utilizado. A utilização da auditoria em balanços socioambientais pode trazer muitos benefícios para a empresa evitando erros além de trazer informações mais concretas e fidedignas para a organização.

Com relação a como a auditoria pode influenciar no processo de tomada de decisão a entrevistada explica que "influencia na tomada de decisões por indicar aos gestores os riscos que os diversos processos da empresa apresentam sejam por falta de controles internos e ou por descumprimento dos mesmos". A falta de controles internos pode influenciar de forma negativa nos processos de uma empresa.

A auditoria é baseada em normas, procedimentos e planejamento a entrevistada ao ser perguntada sobre como o processo de auditoria pode beneficiar a organização enfatiza que:

Beneficia a organização como um todo, pois quanto mais os diversos setores se atêm às normas, procedimentos e planejamento mais forte e sólida se transformará a empresa. A Auditoria oferece a oportunidade dos setores de reavaliarem seus processos; verificando os pontos frágeis e melhorando suas "entregas".

Ao analisar as respostas das entrevistadas percebe-se a importância da auditoria em organização e como seu processo, normas e planejamento pode contribuir para que a empresa melhore seus procedimentos além de influenciar os gestores na tomada de decisão.

Quando perguntada com relação a auditoria em balanços socioambientais ainda não ser obrigatório diferente da auditoria em balanços patrimoniais que tem a obrigatoriedade, na opinião da entrevistada "acho que não devem ser obrigatórias as auditorias externas e prefiro que seja interna. Lembro que o GRI está caminhando para se tornar uma norma ISO e poderá ser auditada futuramente".

A auditoria em balanços socioambientais infelizmente ainda é um assunto pouco discutido, a maioria das empresas utiliza para elaboração de seus balanços sociais o modelo IBASE que hoje já é considerado ultrapassado, modelo antigo e o modelo GRI, que futuramente pode se tornar uma norma ISO. O GRI se tornando uma norma ISO futuramente, o modelo para elaboração do balanço social e todo seu processo pode ser tornar padronizado, com uma parametrização.

4.3 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EM BALANÇOS SOCIOAMBIENTAIS

Feito o estudo de caso com a entrevista realizada na empresa, pôde-se analisar as questões e respostas da entrevistada. O cumprimento do estudo de caso na empresa possibilitou o enriquecimento deste trabalho monográfico além de demonstrar na prática o que foi trabalhado e apresentado no referencial teórico.

Ao analisar a entrevista percebeu-se que a empresa não realiza auditoria em balanços socioambientais e que a auditoria é realizada em informações financeiras por um setor responsável que realiza a auditoria interna.

Apesar de o tema ser importante ainda é pouco discutido, o balanço social é baseado no modelo IBASE e no GRI, porém não tem um padrão, parametrização. Primeiramente o balanço social deverá ser padronizado para todas as empresas para depois discutir/pensar em uma auditoria em balanços socioambientais como forma de beneficiar a empresa tendo informações mais concretas, seguras e confiáveis, evitando erros.

Além disso, o GRI poderá futuramente se tornar uma norma ISO, fazendo com que as informações sejam publicadas usando um padrão. O GRI se tornando uma norma ISO a discussão sobre a auditoria em balanços socioambientais pode ganhar a atenção merecida trazendo benefícios a organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico, por meio de uma entrevista realizada com duas representantes de uma organização, teve por objetivo geral analisar a importância da auditoria em balanços socioambientais em uma empresa. Para se alcançar o objetivo proposto, o problema foi desdobrado em questões que, ao final, com os resultados apresentados, procurou-se responder.

O presente trabalho apresentou no seu referencial teórico os principais conceitos e definições sobre balanços sociais, responsabilidade social, contabilidade social além de enfatizar a importância da auditoria nas empresas demonstrando os principais conceitos desta e seus procedimentos, normas e planejamento para orientar e resolver principais problemas da organização contribuindo para a tomada de decisão.

A auditoria em balanços socioambientais é um tema muito importante para a área das Ciências Contábeis. Ao realizar o estudo de caso na empresa pôde-se perceber que a organização não realiza auditoria em balanços socioambientais, ocorre o processo de auditoria interna das informações financeiras. Além disso, constatou-se que a organização tem uma preocupação com as questões sociais e ambientais.

A entrevista foi um grande enriquecimento tanto pessoal como para o trabalho, pois possibilitou verificar na prática como ocorre o processo de elaboração do balanço social, se ocorrem a auditoria em balanços socioambientais e como a auditoria pode influenciar e contribuir para que a organização alcance seus objetivos.

O presente trabalho contribuiu para que este tema fosse mais discutido e analisado já que infelizmente ainda é um assunto pouco argumentado. Por isso, este assunto tem sua relevância e merece atenção, pois a auditoria em balanços socioambientais tem como principal objetivo beneficiar as empresas levando aos gestores e a sociedade informações mais concretas e confiáveis sobre o papel e a contribuição socioambiental daquela organização.

5.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como já foi exposto, a coleta de dados se fez através da entrevista semi-estruturada. Com relação ao estudo de caso realizado na empresa não ocorreram nenhum tipo de limitação para a realização da entrevista e todo seu procedimento, possibilitando o aperfeiçoamento do assunto exposto na monografia.

5.2 SUGESTÃO PARA PESQUISAS FUTURAS

Na área das Ciências Contábeis esse assunto é pertinente já que infelizmente não tem a atenção merecida. Os balanços sociais são publicados nas empresas utilizando como base o modelo IBASE e o modelo GRI, sendo que não tem uma padronização, cada empresa faz da forma que quer. Por isso a discussão também sobre uma parametrização para o balanço social é relevante para que adiante se possa discutir aprofundadamente a questão da auditoria em balanços socioambientais a fim de que as organizações possam publicar informações mais autênticas e confiáveis já que a cada dia a sociedade e a mídia estão exigindo que as entidades façam seu papel de responsabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

ATTIE, William. **Auditoria**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BORGER, Fernanda Gabriela. Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade para a Gestão Empresarial. **Instituto Ethos**, 19 jun. 2013. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.VmN2WXarTIU> . Acesso em 5 dez. 2015.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. 1º reimpressão. Curitiba: Juruá, 2009.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; LERÍPIO, Alexandre de Ávila. **Auditoria Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. Resolução nº 306, de 5 de julho de 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=306> . Acesso em 28 nov. 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, A. C. de S.; SIQUEIRA, J. R. M. de; GOMES, M. Z. **Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - Abordagem Integrada em Empreendimentos de Interesse Social. Capítulo 4 - Instrumento de Gestão Ambiental Integrada. p. 120-134. **Habitare**. Disponível em: <http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/24.pdf> . Acesso em 6 dez. 2015.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a Todas as Sociedades**. FIEPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CASA CIVIL - PLANALTO. Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedade por Ações. Legislação, Brasília,

DF, 1976. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm . Acesso em 8 dez.
2015.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. 23.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balço Social**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

APÊNDICE A - MODELO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA

- 1) Como ocorre o processo de elaboração do balanço social da empresa?
- 2) Qual o objetivo da empresa em publicar o balanço social? Estas informações têm por finalidade prover a quem?
- 3) As informações publicadas no balanço social são confiáveis? Por quê?
- 4) De que maneira as informações contidas no balanço social da empresa influenciam na tomada de decisão?
- 5) O(A) senhor(a) acha que atualmente as empresas de capital aberto estão mais preocupadas com a responsabilidade social? Justifique
- 6) Qual a contribuição da Contabilidade Socioambiental para que a empresa alcance seus objetivos?
- 7) Qual a função/finalidade das informações socioambientais na empresa?
- 8) Como a auditoria pode contribuir no desenvolvimento e melhorias das informações publicadas na empresa?
- 9) Como a auditoria pode influenciar no processo de tomada de decisão?
- 10) O processo de auditoria é baseado em normas, planejamento e procedimentos no intuito de orientar a empresa sobre principais problemas. A que ponto esse processo pode beneficiar a organização?
- 11) Já faz alguns anos que a Lei nº 11.638/2007, exige que as empresas de capital aberto passem por um processo de auditoria em balanços patrimoniais, porém, para as publicações de balanços sociais ainda não é obrigatório. Qual a sua opinião em relação a esse assunto?